

ISRAEL 50 ANOS: CELEBRAÇÃO E CATÁSTROFE

Umberto De Giovannangeli

Tradução do italiano: Gabriel Bolaffi

RESUMO

Ao chegar aos seus cinquenta anos de existência, o Estado de Israel se encontra dividido entre aqueles que vivem o jubileu como uma "celebração" e os palestinos, para quem a fundação do moderno Estado judaico está associada à "Catástrofe", o abandono forçado de suas terras. Cinco anos após os acordos de Oslo, quando o encontro entre lideranças judias e palestinas anunciava a paz no Oriente Médio, os fundamentalismos respectivos minam o diálogo possível entre israelenses e palestinos, cujos destinos históricos são no entanto indissociáveis. *Palavras-chave: jubileu de Israel; conflito árabe-judeu; acordos de Oslo.*

SUMMARY

At its fiftieth anniversary mark, the State of Israel remains divided between those who see this occasion as a cause for celebration, and the Palestinians, who associate the foundation of the modern Jewish State with a major "catastrophe", as they were forced to abandon their lands. Five years after the Oslo Summit, when Jewish and Palestinian leaders met and announced peace in the Middle East, fundamentalism on each side continues to undermine the dialogue between two peoples whose historical destinies seem inextricably bound.

Keywords: Israel's Jubilee; Arab-Jewish conflict; Oslo Summit.

Jerusalém. Fogos de artifício rompem o silêncio da noite e tingem mil cores no céu estrelado. A Jerusalém judia festeja a celebração do cinquentenário da fundação do Estado de Israel. "Apesar de tudo — lembra o ex-primeiro-ministro trabalhista e prêmio Nobel da Paz Shimon Peres —, o balanço deste meio século para Israel é altamente positivo. Somos um país forte, desenvolvido e plenamente inserido na comunidade internacional. É verdade que a paz ainda precisa ser consolidada e para tanto estamos atrelados a um governo muito perigoso, mas o caminho já está traçado e não será um Netanyahu qualquer que vai deter o curso da história".

Rapazes de Jerusalém dançam festivamente na zona pedestre de Ben Yehuda, palpitantes de vida. Neles há um orgulho saudável, mas também a esperança de poder viver, em algum dia não muito longínquo, num país

normal. Mas as metralhadoras que carregam nos ombros, os reflexos nervosos e os olhares furtivos que pousam sobre um moço árabe cercado de policiais e minuciosamente revistado "porque tem cara de terrorista" ilustram claramente o quanto a "normalidade" ainda é um árduo caminho a ser percorrido.

Eis porque um dia festivo para Israel é o dia da "Catástrofe" para os palestinos. Nos territórios árabes ocupados resta muito pouco daquela grande esperança suscitada pelos tratados de Oslo. O que prevalece mesmo é a desilusão, a raiva, o sentimento de abandono. Os fogos de artifício, quando ouvidos na "Cidade Velha", a Jerusalém árabe, no coração da Cidade Santa, sabem ao sinistro trovoar dos canhões. Para todos os habitantes de Jerusalém oriental, tanto quanto para a totalidade da população palestina, cinqüenta anos não foram suficientes para sanar uma ferida que continua ensangüentando a memória coletiva. A lembrança daqueles quatro terríveis meses — dezembro de 1947 a abril de 1948 — em que a comunidade árabe-palestina deixou de existir enquanto entidade social e política: 350 aldeias foram apagadas dos mapas e a vida urbana foi quase extinta. Guerra e êxodo dizimaram — lembram Baruch Kimmerling e Joel Migdal em *Os palestinos* —, com efeito dizimaram, a população de Jaffa, que dos seus 70 a 80 mil habitantes foi reduzida a 3 ou 4 mil, enquanto o número de emigrantes-refugiados estaria situado, segundo diferentes fontes, entre 500 mil e um milhão. Foi o início da "*jil al-Nakba*" ("*Catástrofe*")

Com a proclamação do Estado de Israel e o aprimoramento da capacidade militar do novo exército israelense, a tática até então utilizada perante os palestinos de "estímulos à emigração" se transformaria numa estratégia deliberada de expulsão. Mais 300 mil palestinos seguiriam o caminho do exílio. O caso das cidades gêmeas de Lydda e Ramleh constitui o exemplo mais espetacular dos novos métodos. Nas suas *Memórias*, Yitzhak Rabin conta o episódio, transcrito por Alain Gresh e Dominique Vidal em *Palestina 1947: Uma partilha que não aconteceu*. Depois da conquista de Lydda, escreve Rabin, "saímos juntos ao lado de Ben Gurion. Aí repeti a pergunta: o que devemos fazer com a população árabe? Ben Gurion sacudiu a mão num gesto que significava 'expulsem-nos'. Ygal Alon e eu nos consultamos e acabei concordando com ele que a expulsão era necessária. Encaminhamos os palestinos para a estrada de Bet Horon. A população de Lydda se foi voluntariamente. Bastaram alguns tiros de advertência ao ar para constranger os habitantes a tomar seu caminho". Essa passagem foi eliminada na versão definitiva das *Memórias* de Rabin, mas publicada pelo *New York Times* de 23/10/79. "Arrancados de suas tradicionais raízes familiares — prosseguem Kimmerling e Migdal —, os palestinos se sentiram vítimas de uma imensa conspiração e viveram esse destino trágico como uma ruptura da ordem cósmica, atribuindo a sua tragédia não só aos odiados usurpadores sionistas, mas também aos seus próprios supostos aliados — os países árabes vizinhos — e ao mundo inteiro, que havia consentido em tamanha injustiça". O tempo talvez já tenha atenuado esse sentimento, mas de modo algum o eliminou.

Entre as tantas semelhanças que unem israelenses e palestinos destaca-se a de serem ambos os povos historicamente marcados por uma "síndrome de perseguição". Uma síndrome de quem é geralmente inocente e sacrificado por cálculos políticos ou projetos hegemônicos de grandes ou pequenas potências, em cujo altar foram sacrificadas expectativas legítimas e reivindicações nacionais. A tragédia dos palestinos — reflete amargamente Edward Said — consiste em serem vítima das vítimas. Said, um dos mais lúcidos e independentes intelectuais palestinos, escreve em *A questão palestina*: "Para mostrar a pesada bota existencial que oprime a nossa história como povo, gostaria de lembrar um fato aparentemente óbvio: desde tempos imemoriais temos sido os habitantes de uma terra chamada Palestina. Será que o processo de aniquilação e espoliação sofrido pelo nosso povo, sob o qual um milhão de pessoas foram obrigadas a abandonar suas casas, aldeias, cidades, comunidades e terra, pode de algum modo ser justificado, até mesmo pelo projeto de abrigar os judeus que sobreviveram ao nazismo? Que mundo é esse no qual ninguém se manifesta quando um povo inteiro é subitamente declarado 'ausente', mesmo quando em seguida se movem contra ele exércitos potentes, procura-se apagar o seu nome e para 'provar' a sua não-existência chega-se ao cúmulo de falsificar a história?" — perguntas que já atravessaram meio século e que ainda clamam por uma resposta.

Sob as indagações de Edward Said, eis um povo orgulhoso da própria identidade, que combateu e segue lutando para não se ver reduzido na consciência planetária e nos textos diplomáticos a uma maltrapilha multidão de refugiados. "Mesmo nos momentos mais duros da Intifada — lembra Hanan Ashrawi, ex-porta-voz da delegação palestina na Conferência de Washington e "consciência crítica" da liderança palestina — não nos limitamos à oposição à ocupação israelense, mas lutamos para manter a sociedade palestina viva e reforçar as suas instituições. Mesmo naqueles tempos de destruição e sofrimento não nos limitamos a destruir, mas também construímos". Sob o manto de dor da "Catástrofe" persiste a percepção — que se estende dos círculos intelectuais palestinos de Ramallah aos jovens *shabab* (da Intifada) dos acampamentos de refugiados de Gaza — do imenso fardo despejado sobre os palestinos pelo Ocidente. "O mundo ocidental — observa o escritor palestino Fawaz Turki, em *Os desertados* —, que desde sempre atormentou e insultou o povo judeu, se apressa a sagrar um evento que encerrou o sofrimento das suas vítimas. Uma dívida tinha de ser paga. Não importava esclarecer quem devesse pagá-la, nem onde, desde que não fosse paga pelos europeus nem pela Europa". Em nenhuma outra parte do mundo o peso da memória teve uma perda política tão abrangente quanto na Palestina: o valor dos símbolos, as sugestões religiosas, o sentido sacro da posse da "Terra", tudo contribui para tornar ainda mais complexa a relação entre "dois povos que se espelham": israelenses e palestinos. Novamente, mais do que na política, é na psicologia coletiva que devemos buscar os elementos para compreender a realidade de dois povos em comunhão de angústia e insegurança. "Na

realidade — observa Amos Oz, um dos escritores israelenses contemporâneos mais engajados —, a dramática unidade do conflito reside no fato de que o embate se verifica entre aspirações e direitos identicamente legítimos; e foi precisamente a partir dessa tomada de consciência que dois ex-inimigos como Yitzhak Rabin e Yasser Arafat decidiram 'ousar' a paz". No entanto, passados cinco anos após a assinatura dos acordos de Oslo, o processo de paz ainda marca passo. A atmosfera de confiança e de respeito mútuo que pairava então sobre a região e que havia caracterizado a temporada do diálogo parece agora pertencer a um longínquo passado.

"O que mais assusta no atual governo israelense — observa Hanna Siniora, figura proeminente da liderança palestina em Jerusalém oriental — não é tanto a sua política intransigente e sua falta de respeito para com acordos assinados, mas a ideologia expansionista que o caracteriza. Sua arrogância cultural, o desprezo ostensivo para com os árabes enquanto tais e o racismo que flui do chauvinismo judeu". O ex-diretor do jornal *Al Qods* toca numa tecla dolorida e revela a existência da "outra Israel" e do seu enraizamento profundo e inquietante. Trata-se daquela Israel que está além da compreensão do Ocidente mas que nem por isso pode ser subestimada e muito menos ignorada. É a Israel ultra-nacionalista e messiânica, cuja identidade se alimenta do revisionismo sionista de um Vladimir Zeev Jabotinski, é a Israel que, segundo um dos mais aclamados escritores israelenses do presente, Abraham Yehoshua, "faz uma releitura da história milenar do povo judeu só para fundamentar seus projetos políticos e tenta 'rebaixar' o holocausto a ideologia de Estado".

"Com os tratados de Oslo, Rabin e a esquerda israelense — observa com muita percepção o pesquisador italiano Renzo Guolo em *Terra e redenção: o fundamentalismo nacional-religioso em Israel* — realizaram de fato uma reelaboração da constituição material de Israel tal como veio a ser configurada após a Guerra dos Seis Dias. Até quando os limites do Estado de Israel coincidiram com aqueles da Terra de Israel, o messianismo e o sionismo da Redenção conviveram com o caráter democrático do Estado. Depois do acordo Rabin-Arafat, isso já não é mais possível". Uma ruptura irreparável foi portanto consumada e o assassinato de Yitzhak Rabin foi a sua consequência mais devastadora. "Com a rejeição do antagonismo simbólico, introduzida pelo aperto de mãos dos dois grandes líderes políticos nos jardins da Casa Branca — assinala Guolo —, tão diferentes nas convicções, mas tão idênticos na consciência da necessidade do gesto, o messianismo religioso consome até o fundo a crise de um dos seus conceitos fundamentais, aquele da 'santidade no pecado', que segundo os ensinamentos dos rabinos ortodoxos conotava a ação política do sionismo secular".

O movimento nacional-religioso, juntando "terra" e "redenção" de modo indissolúvel, podia acompanhar o sionismo laico, e com ele o Estado democrático, somente enquanto esse último, ainda que com motivações distintas, perseguisse os mesmos objetivos. O reconhecimento dos direitos nacionais do povo palestino, implícito nos acordos de Oslo, rompeu o "pacto" não escrito entre as duas almas de Israel. "No momento em que o

sionismo secular se desvia do seu percurso messiânico e o pecado mostra apenas o vulto demoníaco do Mal, comprometendo o evento da Redenção, quando a 'santidade da política' mostra a sua face dura e realista, qualquer compromisso se torna impossível", é a conclusão de Renzo Guolo.

Cinqüenta anos após o fatídico 14 de maio de 1948, a "Catástrofe" palestina se espelha na profunda crise de identidade que cinde Israel. "As motivações produzidas pela direita para justificar a sua 'não-política' de paz — explica Schlomo Ben Ami, ex-embaixador em Madri nos tempos da Conferência de Paz e hoje um dos mais ativos parlamentares trabalhistas — se despem da obsessiva referência ao tema da segurança e assumem cada vez mais a sua verdadeira conotação. Aquela de uma ideologia agressiva que põe em xeque a própria identidade do Estado enquanto 'Estado do povo judeu e Estado democrático'. Nesse sentido, a paz com os palestinos já não é uma 'concessão' sem contrapartidas, como sustenta Benjamin Netanyahu, mas a condição essencial para salvaguardar o caráter democrático do Estado de Israel".

A referência obsessiva à sacralidade da "Terra", a recusa obstinada a qualquer compromisso em nome de um "interesse superior", a oposição violenta a qualquer tentativa de secularização do Estado e da sociedade, tudo isso iguala os "dois fundamentalismos" que minam o percurso do diálogo israelo-palestino: o fundamentalismo judeu e o islâmico. Já se passaram cinco anos desde a assinatura dos acordos de Oslo e o histórico abraço nos jardins da Casa Branca, entre dois ex-inimigos que haviam optado pela "paz dos corajosos", mas do "sabor" daqueles dias de esperança não parece restar qualquer vestígio nem nos territórios, nem em Israel. Contudo, pensando bem, "o espírito de Oslo" ainda não se volatilizou totalmente. "Não se volta atrás, nem se pode voltar", repete Shimon Peres, "certamente será cravejado de obstáculos e marcado mais ainda por fatos sangrentos, mas o caminho da paz é irreversível". Serão as esperanças de um idealista incurável? Ou a tentativa desesperada de um líder que assiste impotente ao dismantelamento do seu projeto de vida? Eu seria levado a responder afirmativamente se me limitasse a ouvir a voz de quem grita mais alto e a tomar pelo "espírito de um povo" aquele de uma minoria presente, agressiva, determinada e mobilizada, mas sempre uma minoria. Capaz de condicionar a política de um governo (no caso de Israel) ou de tornar inócuos os esforços diplomáticos da liderança palestina à força de atentados suicidas (no caso do Hamas e da Jihad islâmica), mas não suficientemente forte e enraizada para atrasar os ponteiros da história nem para redefinir o conflito israelo-palestino como "o choque de dois povos".

"Esse choque — observa Amos Oz — se nutria de uma demonização recíproca na qual o 'outro' era percebido como inimigo mortal, de quem era necessário defender-se por todos os meios. Hoje, já não é mais assim". Numa realidade na qual os gestos simbólicos têm um peso político excepcional, o aperto de mãos entre Rabin e Arafat assinala de fato uma nova era. Uma era tão mais nova na medida em que paira mais sobre a esfera da consciência coletiva do que sobre aquela, mais volátil, da esfera política.

"Hoje — lembra Abraham Yehoshua por sua vez — discute-se e contende-se a propósito das dimensões da retirada israelense da Cisjordânia, mas há cinco anos até mesmo falar no assunto teria sido pura utopia. E o próprio Netanyahu, de quem seguramente não sou admirador, já não é mais aquele político que durante a campanha eleitoral jurava que jamais e nunca teria apertado as mãos 'manchadas de sangue judeu' de Yasser Arafat. Hoje, muito pelo contrário, é ele quem solicita encontros a Arafat, recebendo, freqüentemente por boas razões, uma sonora rejeição".

Nossos interlocutores não são incautos otimistas. A paz que eles definem não brota de "romantismos nebulosos que não cabem nessas terras" — para dizer com Amos Oz —, mas da estrita necessidade. Nem subestimam eles os riscos sempre crescentes de uma precipitação sangrenta da situação. O que se esforçam por nos transmitir é que as teias do diálogo são menos tênues do que parecem, porque nesses anos o diálogo, que significa antes de mais nada reconhecimento recíproco, não empolgou apenas as lideranças políticas, mas avançou para além, sobre planos distintos, abrangendo setores importantes das duas sociedades, a começar pelos intelectuais. De fato, esse "diálogo das bases" também se reflete na percepção que os palestinos hoje têm de Israel, que não é mais aquela apenas ao negativo, do "Estado ocupante", mas também a de um modelo de democracia a ser atingido para definir o caráter do futuro Estado da Palestina.

Portanto, não é por acaso que naqueles dias em que milhões de palestinos comemoravam a "Catástrofe" os temas dominantes nos territórios eram a polêmica sobre a formação do novo governo da ANP, os temas próprios de um "Estado de direito", o respeito das liberdades individuais e coletivas nas zonas autônomas, a luta contra a corrupção, o reforço da moralidade pública, os critérios para a formação da nova classe dirigente e a defesa daquele pluralismo ideal, político e religioso que caracterizou historicamente a identidade palestina. "Não combatemos a ocupação israelense para dar lugar a um regime autoritário", sublinha polemicamente Hanan Ashrawi. Nas suas reflexões, assim como nas dos demais intelectuais e políticos de ambas as partes que me acompanharam nesta cavalcada pelo tempo, emerge uma verdade histórica inexpugnável: não obstante as divergências internas que ameaçam anular a sua especificidade nacional, sempre houve um elemento que unificou e distinguiu os palestinos com relação aos demais povos árabes. Esse elemento foi a evolução do sionismo e o sucessivo advento de Israel. Realmente, foi graças à disputa territorial com os judeus que a questão palestina se tornou um dos grandes problemas internacionais.

Quem quer que se debruce sem atitude preconcebida sobre os eventos deste último meio século na Palestina acabará se convencendo de que é impossível contar a história do sionismo e aquela do movimento nacional palestino sem compreender a sua interação recíproca. A causa palestina, patrocinada pelos governos árabes desde a "Catástrofe" de 1948, no decurso desse meio século voltou cada vez mais para as mãos dos

próprios palestinos. Três eventos político-militares sinalizam a evolução para essa nova situação: a guerra do Líbano, em 1982, o estouro da Intifada na Cisjordânia e na faixa de Gaza em 1987 e, finalmente, a decisão da Jordânia de abolir os laços jurídicos e administrativos com a Cisjordânia, em 1988. Esses eventos devolveram ao conflito a sua dimensão palestina, projetando o povo palestino para o epicentro da confrontação com Israel, restituindo-lhe o mandato político para procurar um caminho para negociar uma solução do conflito com Israel.

Perante o fato inexorável da existência de Israel, observa acuradamente Sari Nusseibeh, um respeitado intelectual palestino, esse novo desenvolvimento modificou a ordem das prioridades. Em outras palavras, a questão da identidade nacional palestina adquiriu um papel predominante no que diz respeito à recuperação da totalidade dos territórios perdidos. Essa metamorfose nos reporta ao velho conflito no interior do movimento sionista, quando no seio da comunidade local debatiam-se duas escolas de pensamento, a primeira mais pragmática e a segunda, ideológica. Naqueles tempos, numa fase crucial do processo de criação do Estado de Israel, considerações práticas induziram Ben Gurion a defender a necessidade de um compromisso sobre o território, implícito nas várias propostas de partilha da Palestina que se sucederam do final dos anos 30 até 1947. Isso permitiu que a identidade nacional judia assumisse uma existência institucional sob a forma de Estado.

Analogamente, os desenvolvimentos relativos à comunidade palestina, que começaram a recrudescer a partir de 1987 com a explosão da Intifada, trouxeram a questão da expressão de uma identidade nacional para o primeiro plano. Assim, a questão já não é mais simplesmente aquela da perda, pelo sistema coletivo árabe, de uma porção marginal do seu território. A questão da identidade nacional tornou-se agora o ponto central das reivindicações da população palestina; e a preservação de uma parte das terras que foram dos seus ancestrais reduziu-se a uma condição para a tutela e o desenvolvimento do próprio caráter nacional.

Têm toda a razão Kimmerling e Migdal quando chamam a atenção para quanto a "Catástrofe" tenha sido fundamental para história palestina. Uma catástrofe que por ironia do destino acabou produzindo uma forte consciência coletiva, capaz de superar todas as divisões. Um novo e poderoso nacionalismo foi assim crescendo e se desenvolvendo a partir do sofrimento nos campos de refugiados, nutrido pela nostalgia e pela injustiça, pela humilhação e pela degradação. Na sua origem estava a aspiração ao retorno a um paraíso perdido, visto como um direito natural e como uma condição para reconstruir a ordem cósmica destruída pela "Catástrofe". O novo nacionalismo palestino se fundava sobre uma comunidade de refugiados espalhada por todos os países do Oriente Médio, mas coube à guerra de 1967 polarizar novamente as atenções sobre o território unificado da velha Palestina mandatária.

Além de levantar uma nova onda de refugiados, a vitória esmagadora do exército de Israel criou as condições para o advento de novas lideranças

e de uma sociedade civil no interior dos territórios. Juntas, elas concorreram para delinear — numa relação de colaboração conflituosa — uma visão do futuro palestino, graças à consciência de si que amadureceu nos campos de refugiados nas décadas que se sucederam à "Catástrofe". E levaram até o extremo, em sentidos opostos, uma idéia de autonomia nacional na qual as sugestões do paraíso perdido e do direito inalienável de voltar às aldeias e cidades originárias competem no imaginário com a concepção pragmática da independência sobre apenas uma parte circunscrita da Palestina — aquele "pragmatismo" que foi a base dos acordos de Oslo.

Hoje, o sucesso do conflito interior à sociedade palestina é tão incerto quanto aquele do conflito entre árabes e judeus. A única certeza é a de que os judeus, tanto em Israel quanto no resto do mundo, terão um papel tão decisivo e determinante sobre o futuro dos palestinos quanto estes últimos na determinação do futuro dos israelenses e conseqüentemente dos judeus em geral. A história juntou os dois povos e os respectivos movimentos nacionais. Nenhum dos dois é capaz de fazer o outro desaparecer e nem pode atingir a paz sem satisfazer algumas das mais profundas aspirações do outro. Embora dois fundamentalismos em conflito façam de tudo para apagá-lo, o "espírito de Oslo" ainda paira sobre o Oriente Médio.

Recebido para publicação em
24 de setembro de 1998.

Umberto De Giovannangeli é
jornalista e enviado especial do
jornal italiano *L'Unità* no Orien-
te Médio.

Novos Estudos
CEBRAP

N.º 52, novembro 1998
pp. 175-182

CADERNOS DE PESQUISA

 *Fundação
Carlos Chagas*

JULHO 1998 N°104

TEMA EM DESTAQUE:

DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA E EDUCAÇÃO

DIREITO À EDUCAÇÃO E OBRIGATORIEDADE ESCOLAR

José Silverio Baia Horta

A CÁTEDRA USP/UNESCO E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES

José Sérgio Carvalho

CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS

Maria Victoria de Mesquita Benevides Soares

O PRINCÍPIO DA IGUALDADE E A ESCOLA

Fábio Konder Comparato

A INSTITUIÇÃO ESCOLAR E A VIOLÊNCIA

Marília Pontes Sposito

A CONSTRUÇÃO DA NOÇÃO DE DIREITOS HUMANOS EM
CRIANÇAS E ADOLESCENTES

**Cilene Ribeiro de Sá Leite Chakur, Juan Delval, Cristina Del
Barrio, Maria Angelis Espinosa e Javier Brena**

CIDADANIA E EDUCAÇÃO

João Cardoso Palma Filho

OUTROS TEMAS

RECONTANDO HISTÓRIAS: VOZES E SILÊNCIOS DE MENINOS
DE RUA

Mary Julia Martins Dietzsch

A IMPRENSA PERIÓDICA COMO UMA EMPRESA
EDUCATIVA NO SÉCULO XIX

Maria Lúcia Garcia Pallares-Burke

TEMAS EM DEBATE

O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO:
DUAS FORMULAÇÕES

Carlos Roberto Jamil Cury

 **CORTEZ
EDITORA**